

## **A Questão Social como base para o surgimento do Serviço Social.**

Simone Alves de Sousa<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo tratar o contexto histórico que fundamenta o aparecimento da “Questão Social”, tida como uma expressão politizada das desigualdades sociais, advindas das contradições do conflito capital x trabalho, geradas pelo aguçamento do capitalismo em sua fase monopólica. A partir desse pressuposto, atribui-se o surgimento do Serviço Social, a princípio desenvolvido para atender as necessidades das classes dominantes, com uma perspectiva de prática baseada na Doutrina Social da Igreja, no intuito de conter a classe trabalhadora perante suas reivindicações, no qual se constituía numa inquietação da burguesia, devido à ameaça causada através dessas lutas ao processo de produção de riquezas. Toda via destacar-se-ia ainda dentro de todas essas considerações, as intervenções do Estado, da burguesia e da Igreja perante a “questão social” e o surgimento do Serviço Social.

**Palavras-Chave:** Conflito capital x trabalho. Questão Social. Serviço Social

### **Abstract**

This article aims to address the historical context that underlies the emergence of "Social Issues", seen as an expression politicized social inequalities, contradictions arising from the conflict working capital x, generated by the sharpening of capitalism in its monopoly stage. From this assumption, attributed to the emergence of Social Work, initially developed to meet the needs of the ruling classes, with a practical perspective based on the Social Doctrine of the Church, in order to contain the working class before their claims, in which constituted a restlessness of the bourgeoisie, because of the threat caused by these struggles to the production of wealth. The entire route would highlight even within all these considerations, state interventions, the bourgeoisie and the Church before the "social question" and the emergence of social services.

**Keywords:** Conflict x working capital. Social Issues. Social Service

Antes de se entender e conhecer a definição da Questão Social é preciso direcionar-se ao processo histórico que leva ao surgimento da mesma.

---

1

Graduanda do VIII Período do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC.

Diante do capitalismo que se constitui de uma economia completamente direcionada à acumulação do capital e a exploração da força de trabalho e principalmente do seu desenvolvimento, pode-se relacionar o aparecimento da Questão Social.

Esse processo se dá dentro do objetivo mesmo desse modelo econômico, que é justamente o controle total dos mercados, em busca da valorização do capital e da lucratividade, evidenciando o alto controle da sociedade burguesa sobre a exploração, alienação e a sua luta constante por uma riqueza desmedida. E é dentro dessa perspectiva que a exploração trabalhista vem acontecer, impulsionada principalmente pelo binômio industrialização/urbanização, caracterizando ainda mais a ascensão da burguesia, onde o aumento significativo de riqueza nas mãos de poucos é completamente evidente. Ainda a partir desse binômio pode-se relevar as condições desumanas, as quais eram submetidos os trabalhadores com o trabalho industrial.

(...) O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência. (...) A pressão salarial força a entrada no mercado de trabalho das mulheres e das crianças de ambos os sexos em idade extremamente prematura, o que funciona também como mecanismo de reforço ao rebaixamento salarial. (...) A jornada de trabalho – apesar de diferir por ramos industriais – é, no início do século, de 14 horas. Em 1911 será em média de 11 horas e por volta de 1920, de 10 horas. (...) Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. Dentro da fábrica estará sujeito à autoridade absoluta – muitas vezes paternalista – de patrões e mestres. Não possuirá também garantia empregatícia ou contrato coletivo. (CARVALHO, 2005. págs. 128 e 129)

Partindo desse pressuposto analisa-se que os problemas sociais existentes na sociedade se tornam cada vez mais crescentes e presentes, tendo com base maior, o desenvolvimento desenfreado da industrialização, e diante dele também o desenvolvimento dos grandes centros urbanos. Isso chamou a atenção dos que sobreviviam da agricultura no ambiente rural, fazendo com que

os mesmos em busca de melhores condições de vida, praticassem o que se conhece por migração.

Seguindo essa linha de pensamento, vê-se um acúmulo muito grande de pessoas nos centros urbanos, provocando uma demanda muito alta de trabalhadores sem emprego, pois as empresas industriais não podiam arcar com empregos para todos, causando assim uma aglomeração e condições desumanas de sobrevivência nos grandes centros.

(...) Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casa infectas, sendo muito freqüente a carência – ou mesmo falta absoluta – de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança, e muito freqüentes os acidentes (...)  
(CARVALHO, 2005. p. 129)

Ainda dentro dessa perspectiva, pode-se ressaltar a grande importância do capitalismo em seu estágio monopolista na contribuição para o aumento das mazelas sociais, que conseqüentemente desencadeia uma série de processos. A exemplo temos o trabalhador vendendo sua força de trabalho para conseguir o seu sustento e o de sua família, sem ao menos poder obter o produto por ele mesmo fabricado, devido aos altos custos e aos baixos salários, gerando assim uma situação de pauperismo extremamente exacerbada.

Dentro de toda essa fundamentação, o proletariado passa a reconhecer a sua classe, uma classe que é vítima da exclusão do capital, da exploração daqueles que detêm o poder e que visam através do trabalho exaustivo do proletariado, a sua ascensão econômica a todo custo e de forma constante. O proletário passa então, a reivindicar seus direitos, a buscar melhores condições de trabalho e conseqüentemente melhores condições de vida, a lutar por seu reconhecimento junto à classe burguesa.

Todo esse processo é tido e conhecido como o conflito capital x trabalho, inserido no capitalismo em sua época monopolista.

Diante dessa dinâmica, os problemas sociais, políticos e econômicos se tornam cada vez mais evidentes, constituindo assim a “Questão Social”, que está completamente vinculada às contradições do conflito capital x trabalho.

(...) A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia (...) (IAMAMOTO, 2005. p. 77)

Dentro dessa contextualização histórica, acrescenta-se ainda que devido a transparência e aumento da “Questão Social”, a burguesia passa a se inquietar, porque o aumento do conflito capital x trabalho, passa a comprometer a manutenção da produção capitalista, então alguma atitude deveria ser tomada não para acabar com a mesma, apenas amenizá-la. Nesse sentido entra em cena o comitê executivo da burguesia, o Estado (que defende os interesses da burguesia, sem esquecer também dos seus perante essa acumulação capitalista) que vem intervir junto à alta classe nos problemas sociais, no intuito de acalmar a classe trabalhadora, que com sua insistente luta, acabava por ameaçar o crescimento econômico burguês, e conseqüentemente o interesse do Estado perante também a esse crescimento.

O Estado, num primeiro momento se abstém dessa intervenção, agindo com violência, com repressões policiais diante das reivindicações do proletariado, aqui ele se nega a reconhecer a “Questão Social”, no intuito de manter a paz na sociedade, já que era esta a única maneira de manter a acumulação capitalista. Diante disso, o Estado ainda lança os problemas gerados pela “questão social” (a fome, o desemprego, as péssimas condições de moradia, a falta de educação) para o indivíduo, passando para ele a responsabilidade de conseguir mudar essa vertente, caracterizando assim a psicologização. Já num segundo momento, justamente por ver seus interesses ameaçados, perante essas lutas, o Estado vem intervir com a regulamentação jurídica, através de Leis Sociais, especificamente ligadas ao mercado de

trabalho, e implantações de políticas sociais (1890) que tem como principal objetivo, controlar a força de trabalho, para que a classe trabalhadora não resista à exploração.

É a política Social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social” (...) Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica (...) (NETTO, 1996. p. 26)

Evidenciando-se assim o crescimento transparente da “Questão Social” dentro da sociedade, da atuação da burguesia e do Estado emprenhando-se em acalmar a classe trabalhadora que ora se manifesta cada vez mais, a Igreja também desempenha um papel importante dentro dessas intervenções.

Perante a sua perda de hegemonia, dentro da perspectiva de que a fase monopolista aguçava o conflito capital x trabalho, gerava principalmente a falta de interesse e conseqüentemente o afastamento dos fiéis na religião, que era condicionada ao apego profundo dos trabalhadores pelo reconhecimento dos seus direitos junto a alta classe, ela (igreja) vem intervir com a criação de dois documentos, denominados Encíclicas Papais no intuito de recristianizar a nação, através do comunitarismo cristão, para trazer de volta os interesses religiosos à vida das pessoas. Vale ressaltar ainda que a Igreja se direciona a “questão social” como sendo um problema moral e religioso e que essa recristianização deverá acontecer dentro do reajustamento do indivíduo a sociedade.

As encíclicas criadas foram a Rerum Novarum e a Quadragésimo Anno. A primeira, divulgada pelo Papa Leão XIII (1891), expõe as formas de exploração de trabalho, enfrenta as propostas socialistas (prega a igual divisão de bens) e também porque o mesmo seguia de encontro ao capitalismo, transfere para a igreja a total tarefa de tocar no centro da “questão social”, reconhece ainda que o conflito capital x trabalho gera a desigualdade social, o que perturba a paz no todo e evidencia que cada indivíduo reconheça e aceite a sua classe, seja ela rica ou pobre. A segunda, divulgada pelo Papa Pio XI (1931), é criada em

comemoração aos 40 anos de existência da *Rerum Novarum*, reafirma a necessidade do equilíbrio entre as classes e apresenta-se como combatente ao paganismo e secularização. No entanto, essas encíclicas acabam por reforçar o desenvolvimento do capitalismo.

Então, diante de todo esse contexto sócio-histórico, que inclui a “questão social”, o conflito desenvolvido pelo capital x trabalho e a mobilização dos movimentos católicos que o Serviço Social vem a surgir, a emergir. Em primeira instância como uma atividade diretamente ligada a doutrinas neotomistas, como condutas e práticas puramente filantrópicas e assistencialistas, desenvolvidas por um grupo de visitadoras sociais, composta pelas damas da sociedade, ou seja, senhoras que compunham a burguesia.

“Segundo ESTEVÃO (2007) essa assistência era praticada por um caráter completamente não profissional, abstendo-se de contribuições voluntárias dos que detinham a riqueza, para aqueles desprovidos dela”.

Diante de toda essa conjuntura, funda-se em 1869 a Sociedade de Organização da Caridade, no intuito de reorganizar a prática da assistência social em bases científicas e racionalizar a mesma. Mais qual seria a função dessa racionalização?

“Segundo MATINELLI (2005) essa racionalização foi imposta pelo fato dos trabalhadores mostrarem-se firmes no seu propósito, apesar das poucas vitórias obtidas. Diante disso a Sociedade de Organização da Caridade cria a primeira proposta de racionalização do Serviço Social, baseada na ideia de que adequação e segurança do funcionamento social, baseara-se no reprimir as reivindicações da classe trabalhadora obtendo assim, um certo controle sobre a “questão social”.

É justamente a partir dessa racionalização que se oferece as formas basilares para o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, abrindo assim as portas não só para a profissionalização, como também para a institucionalização do mesmo.

Uma das maiores contribuintes nesse longo processo foi a assistente social norte-americana Mary Richmond, que tinha uma visão pautada em uma

maior capacitação e formação mais aprofundada dos agentes sociais, através de cursos que tratassem das questões ligadas ao social. Já que a mesma atribuía os problemas sociais ao próprio indivíduo formulando o conceito de que esses problemas referiam-se ao caráter, dentro de uma perspectiva positivista e funcionalista, sendo esta última uma corrente pautada na sociedade toda harmônica. A partir disso via-se que o problema individual era de ajustamento, então os agentes sociais trabalhavam no intuito de reformular e reintegrar o indivíduo na sociedade, e assim manter a organização e harmonia da mesma. Para tanto a Sociedade de Organização da Caridade cria o Curso a Aprendizagem da Ação Social para atender justamente aos propósitos dessa profissionalização. No entanto, diante da demanda muito alta da formação de agentes sociais e de necessidade de uma maior organização do Serviço Social, o curso já não mais atendia as expectativas. É fundada a partir daí em 1899 a primeira Escola de Filantropia Aplicada.

A criação das primeiras escolas de Serviço Social se deu no âmbito exterior. Ainda no mesmo ano (1899) foi criada a primeira Escola de Serviço Social no mundo, na cidade de Amsterdã-Holanda (Europa), ligada inteiramente ao pensamento conservador e associada à doutrina social cristã. Seu ensino trouxe grandes contribuições para a formação do assistente social, que tinha uma atuação pautada principalmente na área da saúde. Destaca-se ainda que a partir daí surgem também as escolas nos Estados Unidos, com uma fundamentação diferenciada das escolas européias, no que diz respeito a intervenção nos reflexos da “questão social”, buscando um conhecimento científico, tendo ajuda da psicologia e psicanálise. E através da prática do trabalhador social pautada no estudo de caso, procura reformular o caráter do indivíduo.

Surgem ainda no Chile às primeiras escolas do Serviço Social da América Latina (1925), vinculada à ação do Estado e inspirada nas experiências européias. Esse surgimento se deu justamente no Chile pelo fato da existência de uma grande organização da classe trabalhadora na luta pelos seus direitos perante a burguesia. Dentro desse processo conturbado abre-se espaço para a

institucionalização e profissionalização do Serviço Social, no intuito de garantir a permanência da classe dominante no poder, onde o trabalho do assistente social é direcionado a adaptação do indivíduo a sua classe. No intuito de amenizar essas lutas reivindicatórias, o Estado age com a modernização conservadora, garantido um programa de legislação social, garantindo educação, férias, planos de saúde, previdência social, ampliando as políticas sociais, permitindo a garantia a sua estadia no poder. É dentro desse contexto que a Igreja sente também a necessidade de intervenção, então implanta a UCISS (União Católica Internacional do Serviço Social) que amplia o desenvolvimento do Serviço Social nos outros países.

No Brasil, o Serviço Social tem seu surgimento na década de 30, atrelado a Igreja e pautado no Serviço Social europeu. O papel desempenhado pela mesma refere-se a busca pela reconquista dos seus privilégios perante a classe trabalhadora, que ora tinha sua força de trabalho explorada pela classe dominante, que visava apenas a manutenção da produtividade, gerando com isso a não aceitação do proletariado, que busca através de reivindicações a legitimação dos seus direitos, dando suporte para o aumento dos problemas sociais que constituem a “questão social”, que deu base para a emergência do Serviço Social.

Toda via, a Igreja diante dessa busca pela hegemonia, toma frente criando o Centro Dom Vital para difundir o pensamento da mesma perante a sociedade subalterna. Contudo é somente com o aumento do processo industrial que a Igreja se alia ao Estado e consegue reconquistar o seu poder diante da “questão social”, trazendo uma grande influência para o surgimento das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil. Isso se fará com a criação do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo), que promoveu em seu início o Curso Intensivo de Formação para Moças, onde a formação era direcionada para moças católicas, ou seja, jovens formadas nos estabelecimentos religiosos, com um estudo voltado para a doutrina neotomista, aprofundando os conhecimentos das mesmas nos problemas sociais, no intuito

de aperfeiçoar o trabalho social, fazendo com que as mesmas atuem com uma prática diferente das antigas formas de assistência.

O objetivo do CEAS será o de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visado “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e “adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social”. (CARVALHO, 2005. p. 169)

Dentro dessa perspectiva surge, em São Paulo no ano de 1936, a primeira Escola de Serviço Social, seguida pela Escola do Rio de Janeiro fundada em 1946.

Diante de tudo isso analisa-se que o Surgimento do Serviço Social, baseia-se em pensamentos e ações doutrinárias, utilizando-se da profissão para difundir o discurso da igreja. E só se afasta dessa concepção, quando os profissionais, a partir dos estudos nas escolas de Serviço Social constroem bases mais críticas diante das questões sociais que rodeiam a sociedade, tornando assim necessária uma reorganização das práticas profissionais, rompendo com as práticas tradicionais. Partindo desse pressuposto a atuação profissional do assistente social, torna-se mais aprofundada, proporcionando assim uma visão ampla e crítica diante de uma ação teórica e prática da realidade.

Dentro de toda a abordagem sócio-histórica apresentada nesse artigo, pode-se concluir que os acontecimentos sociais gerados pelo capitalismo em seu processo de ascensão na fase monopolista, trouxeram à tona a “Questão Social”, que é enfatizada e definida pelas contradições do capital x trabalho, onde os trabalhadores reivindicam seus direitos, através de lutas direcionadas completamente a burguesia, tornando-se assim base para o surgimento do Serviço Social. Vale ressaltar que essa fundamentação histórica recebe fortes influências do Estado e também da Igreja, que aparecem como incentivadores do desenvolvimento monopolista. A partir disso, coloca-se em pauta não só a emergência do Serviço Social, como também o surgimento das primeiras

escolas nos âmbitos exteriores e interiores, enfatizando as práticas utilizadas para a assistência que a princípio se fez através da caridade e só depois de um longo processo passou por uma reformulação, pautando-se numa perspectiva mais aprofundada e crítica dos problemas sociais.

## **REFERÊNCIAS**

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. **Igreja, Relações de Produção Capitalistas e o Período de Gênese da Profissão**. In: **História do Serviço Social na América Latina**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.